

Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-EMERJ-001 – Documento Estratégico da EMERJ

Com vigência a partir de 22/09/2022

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-002 – Preparar Concurso Público para Ingresso na EMERJ

Com vigência a partir de 22/05/2023

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da EMERJ;

Ato Regimental EMERJ nº 07/2022 – Dispõe sobre Sistemas de Cotas na EMERJ;

Ato Regimental EMERJ nº 2/2021 - Dispõe sobre a instituição e atribuições das novas comissões que passam a integrar as unidades organizacionais da EMERJ;

Portaria EMERJ nº 18/2021 - Designa os membros das Comissões da EMERJ.

RAD-EMERJ-003 – Programar Cursos de Especialização

Com vigência a partir de 22/05/2023

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-004 – Elaborar Cadernos de Exercícios

Com vigência a partir de 26/08/2022

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-005 – Realizar Aulas e Avaliar Professores

Com vigência a partir de 26/08/2022

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-006 – Elaborar Provas

Com vigência a partir de 22/05/2023

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-007 – Coordenar Secretaria Acadêmica

Com vigência a partir de 10/05/2023

Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

Ato Regimental nº 07/2022 – Dispõe sobre Sistema de Cotas;

Ato Regimental nº 14/2021 - Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Regimental nº 15/2021 - Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Regimental nº 03/2018 - Resolve que os requerimentos formulados à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ – deverão ser apreciados nos prazos que menciona, contados da data em que foram protocolados;

Regulamento dos Estágios da EMERJ

RAD-EMERJ-008 – Selecionar e Convidar Professores

Com vigência a partir de 26/08/2022

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-009 – Gerenciar Programa de Estágio

Com vigência a partir de 22/05/2023

Ato Regimental nº 11/2021 Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Estágio das Disciplinas Práticas Processuais do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, para inclusão da Justiça Itinerante, e do Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos, como áreas jurisdicionais nos quais os alunos do Curso de Especialização em Direito Público e Privado poderão fazer o estágio obrigatório;

Ato Regimental nº 16/2021 Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Estágio das Disciplinas Práticas Processuais do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, para inclusão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, como áreas jurisdicionais nos quais os alunos do Curso de Especialização em Direito Público e Privado poderão fazer o Estágio;

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Regulamento dos Estágios

RAD-EMERJ-010 – Elaborar e Coordenar Publicações Acadêmicas

Com vigência a partir de 22/09/2022

Portaria nº 66/2021 – altera a Portaria nº 56/2020, de 25 de novembro de 2020, referente à composição da Equipe Editorial da Revista da EMERJ;

Portaria nº 19/2021 – altera a Portaria nº 46/2020, de 19 de outubro de 2020, referente à composição da Equipe Editorial da Revista Direito em Movimento;

Portaria nº 18/2021 – Designa os membros das Comissões da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ para o biênio 2021/2022;

Ato Regimental nº 02/2021 – Dispõe sobre a instituição e atribuições das novas comissões que passam a integrar as unidades organizacionais da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;

NBR 10.520 (ago./2002) - Informação e Documentação – Citações e documentos – Apresentação;

NBR 6023 (nov./2018, versão corrigida 2020) – Informação e Documentação – Referências – Elaboração;

NBR 6021 (maio/2015, versão corrigida 2016) – Informação e Documentação – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação;

NBR 14.724 (abril/2011) – Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação;

NBR 6022 (maio/2018) – Informação e Documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação.

RAD-EMERJ-011 – Realizar Curso Oficial de Formação Inicial para Magistrado

Com vigência a partir de 22/05/2023

Resolução ENFAM nº 2/2016 – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Instrução Normativa ENFAM nº 1/2017 - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

Resolução ENFAM nº 2/2017 – Altera a Resolução ENFAM 2/2016;

Resolução nº 174/2013 – CNJ – Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema de Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

Resolução ENFAM nº 2/2019 - Altera a Resolução ENFAM nº 2 de 8 de junho de 2016;

Ato Normativo TJ 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

Resolução CM 02/2022 - Regula os Processos de Vitaliciamento dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-012 – Realizar Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento para Fins de Vitaliciamento

Com vigência a partir de 22/05/2023

Resolução nº 08/2018 – Modifica a Resolução 10/2012 do Conselho da Magistratura que regula o processo de vitaliciamento dos magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Resolução nº 10/2012 do Conselho da Magistratura – Regula o processo de vitaliciamento dos juizes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Resolução ENFAM nº 2 de 8 de Junho de 2016 – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Resolução ENFAM nº 4/2021- Altera a Resolução ENFAM n. 1 de 13.3.2017 que disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação e a Instrução Normativa Enfam n. 1 de 3.5.2017 que disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

Resolução ENFAM nº 2/2017 – Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Resolução ENFAM nº 4/2017 – Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Resolução nº 11/2016 do Conselho da Magistratura - Modifica a Resolução CM nº 10/2012 que regula o processo de Vitaliciamento dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução CM Nº 02/2022 – Regula os processos de vitaliciamento dos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Regimental Nº 03/2017 da EMERJ - Estrutura a Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da EMERJ e define suas atribuições.

Ato Normativo TJ 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

RAD-EMERJ-013 – Realizar Cursos Oficiais de Formação Continuada para Magistrados

Com vigência a partir de 22/05/2023

Resolução nº 106/2010 – Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

Resolução ENFAM nº 2/2016 – Dispõe sobre os programas para a formação, e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Resolução ENFAN nº 2/2017 – Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Resolução ENFAN nº 4/2017 – Altera a Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores.

Resolução ENFAM nº 2/2019 - Altera a Resolução ENFAM nº 2/2016, que disciplina os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta as ações formativas oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores.

Resolução ENFAM nº 11/2020 – Disciplina o Reconhecimento de outras ações educativas, exceto cursos oficiais para fins de promoção na carreira da magistratura e dá outras providências;

Resolução ENFAM nº 08/2021 - Estabelece os critérios de pontuação ou valoração de aperfeiçoamento técnico para promoção dos(as) magistrados(as) estaduais e federais;

Instrução Normativa nº 1/2017 – Disciplina o credenciamento de cursos oficiais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);

Ato Normativo TJ 19/2020 – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

RAD-EMERJ-014 – Protocolizar Documento

Com vigência a partir de 15/05/2023

Lei Federal n.º 14.133 de 01/04/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Ato Normativo nº 02/2023 – Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Lei 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. (prorrogada até 31/12/2023 de acordo com a Medida Provisória nº 1.167, de 31 de março de 2023, cabendo autorização superior a sua utilização);

Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Ato Normativo n.º 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

Ato Normativo TJ n.º 27/2021 - Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto nº 3.147, de 28 de abril de 1980. Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

RAD-EMERJ-016 – Administrar o Quadro de Pessoal

Com vigência a partir de 22/05/2023

Lei nº 11.788, de 25.09.2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto 2479/1979 - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto-lei nº 220/1975 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo 26/2009 – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

RAD-EMERJ-017 – Gerenciar Compras

Com vigência a partir de 30/09/2022

Lei Federal 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei Federal 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1. de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

Lei 14.133/2021 – Regulamenta normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Decreto Federal nº 7.892/13 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Deliberação TCE nº 312/2020 - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

Deliberação TCE nº 281/2017 - dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 141/2018 - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

RAD-EMERJ-018 – Coordenar Serviços Gerais de Infraestrutura e Logística

Com vigência a partir de 22/05/2023

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-019 – Gerenciar Suporte de Áudio e Vídeo

Com vigência a partir de 22/05/2023

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-020 – Editar Publicações e Gerar Impressos

Com vigência a partir de 27/09/2022

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-021 – Gerenciar Aquisição, Recebimento, Guarda, Controle e Distribuição de Material

Com vigência a partir de 10/05/2023

Lei 14.133/2021, art. 75, II - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas; autárquicas, fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Lei Federal 8.666/93, art. 24, II. - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei 4.320/1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Deliberação 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração Estadual e dá outras providências;

Classificador de Receita e Despesa (Governo do Estado do Rio de Janeiro).

RAD-EMERJ-022 – Realizar Atividades Relativas à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Com vigência a partir de 20/08/2021

Lei 4.320, de 17 de março de 1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei Estadual 287, de 4 de dezembro de 1979 - Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, com alteração da Lei 3506/00;

Lei Estadual nº 1.624/1990 – Criação do Fundo Especial da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Lei 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, revogada parcialmente pela Lei Federal nº 14.133/2021;

Lei Complementar nº 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Deliberação nº 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ – Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração estadual e dá outras providências;

Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 - Institui normas gerais de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Manual de Orientação do Gestor Público, da Contadoria Geral do Estado - CGE-RJ;

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP;

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

RAD-EMERJ-023 – Realizar Conciliação Bancária

Com vigência a partir de 02/06/2017

Lei nº 287, de 04/12/1979 – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

Lei 3506, de 13/12/2000 – Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

Lei 1.624, de 12/03/1990 – Criou o Fundo Especial da EMERJ.

Lei nº 4.320, de 17/03/1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Manual SGEMERJ – Controle do Fundo EMERJ.

RAD-EMERJ-024 – Realizar Conciliação Bancária, Liquidação e o Agendamento do Pagamento de Despesas

Com vigência a partir de 22/05/2023

Lei nº 287, de 04/12/1979 - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Lei 3.506, de 13/12/2000 - Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

Lei 1.624, de 12/03/1990 - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

Lei nº 8.666, de 21/06/1993 - Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública.

Lei nº 4.320, de 17/03/1964, Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro.

Lei nº 14.133, de 01/04/2022, Lei de Normas Gerais de Licitação e Contratos Administrativos;

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

RAD-EMERJ-025 – Gerenciamento das Arrecadações do Fundo Especial da EMERJ

Com vigência a partir de 05/09/2022

Lei 1.624, de 12/04/1990 - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado;

RAD-EMERJ-026 – Planejar e Realizar as Atividades do Gabinete da Direção-Geral da EMERJ

Com vigência a partir de 31/05/2023

Ato Executivo TJ nº 141/2018 - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo nº 27/2021 - consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-027 – Coordenar a Biblioteca da EMERJ

Com vigência a partir de 22/05/2023

Classificação Decimal Universal;

Normas de documentação da ABNT

Tabela de CUTTER

Vocabulário Controlado Básico do PRODASEN

Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Tesouro do Senado Federal

Vocabulário Jurídico (Tesouro) do STF

Vocabulário Jurídico controlado (Tesouro) do STJ

Vocabulário Controlado de Termos Jurídicos da Biblioteca da EMERJ

Manual de Seleção de Atos Oficiais para indexação

Normas de Atendimento da Biblioteca e da Videoteca

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-029 – Medir a Percepção dos Clientes da EMERJ

Com vigência a partir de 22/05/2023

Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

RAD-EMERJ-030 – Selecionar e Avaliar Fornecedores

Com vigência a partir de 18/04/2018

Lei 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

Lei Estadual nº 287/79 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-EMERJ-031 – Tratamento de Saídas e de Produtos não Conformes na EMERJ

Com vigência a partir de 15/05/2023

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-033 – Coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso

Com vigência a partir de 10/05/2023

Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de conclusão de Curso da EMERJ

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Caderno de Normas para a Elaboração e a Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso da EMERJ.

RAD-EMERJ-034 – Gerir Recursos de Informática

Com vigência a partir de 22/05/2023

Resolução TJ/OE Nº 05/2019 - Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ Nº 09/2010 - Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ N.º 08/2019 - Estabelece as normas para Gestão de Segurança da Informação (GSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-EMERJ-035 – Gerenciar Cotações

Com vigência a partir de 30/09/2022

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei nº 8.036/90, art. 27 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Lei 8666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências - artigo 24, inciso II;

Lei nº 9.012/95, art. 2º - Proíbe as instituições de crédito de conceder empréstimo, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS;

Lei nº 14.133 de 01/04/2021- Estabelece normas gerais de licitações e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Decreto Federal 9.412/2018 - Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Decreto 3147/1980 - Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287 de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

Ato Normativo nº 03/2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 27/2021, de 15/12/2021 – Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Portaria MPOG nº 306/2001, de 13/12/2001 – Implementa o Sistema de Cotação Eletrônica de Preços na plataforma COMPRASNET, com vistas a dotar de maior transparência os processos de aquisição de bens de pequeno valor, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, na Lei 8666/93;

Portaria nº 358/14 – Dispõe sobre a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União-DAU por elas administrados;

Portaria EMERJ nº 96/2021, de 30/08/2021 – Designa a Diretora do Departamento de Administração (DEADM) na função de homologador, junto ao Sistema Eletrônico COMPRASNET;

Instrução Normativa 03/2017 – Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

RAD-EMERJ-036 – Coordenar Monitoria Acadêmica

Com vigência a partir de 22/05/2023

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-037 – Realizar a Comunicação Institucional e Produção Gráfica da EMERJ

Com vigência a partir de 22/05/2023

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-038 – Coordenar Curso de Extensão

Com vigência a partir de 23/05/2023

Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Regimental dos Cursos de Extensão;

Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;

Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

RAD-EMERJ-039 – Estruturar, Programar e Realizar Cursos de Especialização em Nível de Pós-Graduação Lato Sensu

Com vigência a partir de 03/10/2022

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Regulamento do Trabalho Jurídico–Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Caderno de Normas do Trabalho Jurídico - Científico de Conclusão;

Tabelas de diversos pagamentos realizados na EMERJ;

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Deliberação CEE/RJ nº 328/2012- Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;

Deliberação CEE/RJ Nº 399/2022 – Estabelece normas complementares para Implementação de ações de inclusão educacional e digital, buscando eliminar barreiras que possam obstar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades, superdotação e necessidades específicas para aprendizagem no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro;

Deliberação CEE/RJ nº 376/2020 – Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do estado do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades estaduais na prevenção e combate ao Coronavírus – COVID–19;

Deliberação CEE/RJ nº 384/2020 – Regulamenta o processo de retomada das atividades presenciais no âmbito do sistema de ensino do Estado do rio de Janeiro, e dá outras providências;

Deliberação CEE/RJ nº 387/2020 – Estende ao ano letivo de 2021 os princípios e efeitos da deliberação CEE nº 384, de 01 de Setembro de 2020, e dá outras providências;

Parecer CEE/RJ nº 032/2008 – Credencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, para ministrar Cursos de Especialização de Pós-Graduação, Lato Sensu, pelo prazo de 05 (cinco) anos e autoriza o funcionamento do Curso de Especialização em Direito para a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente, na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4º andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2007;

Parecer CEE/RJ nº 029/2010 - Autoriza a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ, a ministrar Cursos de Especialização de Pós-Graduação, Lato Sensu em Direito Penal e Processual Penal e Especialização em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para funcionar, exclusivamente, na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4º andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial;

Parecer CEE/RJ nº 251/2010 – Autoriza a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, EMERJ, a ministrar Cursos de Especialização, Pós-Graduação Lato Sensu, em Direito Processual Civil, em Direito Constitucional, em Direito Tributário e em Direito da Administração Pública, até 24 de Abril de 2013, para funcionar na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4. andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir da data da publicação deste ato no Diário Oficial;

Parecer CEE/RJ Nº 031/2014 - Recredencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos e autoriza o funcionamento dos Cursos de Especialização em Direito Penal e Processual Penal, Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, Direito Processual Civil, Direito Tributário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Ambiental e Direito para a Carreira da Magistratura Estadual, todos em nível de Pós-Graduação Lato Sensu, pelo mesmo prazo de 05 (cinco) anos, localizada na Rua Dom Manoel, nº 25, Centro, no Município do Rio de Janeiro – RJ, nos termos da Deliberação CEE–RJ n. 328/2012;

Parecer CEE nº 066/2019 – Recredencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o funcionamento de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, localizada na Rua Dom Manoel, nº 25, Centro, no Município do Rio de Janeiro, RJ, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, de 08 de Setembro de 2011 e Deliberações CEE N. 325/2012 e CEE N. 328/2012 a partir da publicação deste Parecer no Diário Oficial.

RAD-EMERJ-040 – Realizar Fóruns Permanentes

Com vigência a partir de 22/05/2023

Ato Regimental 08/2022 da EMERJ

Resolução CM nº 02/2020 – Dispõe sobre a educação continuada para os fins de desenvolvimento dos servidores nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-041 – Gerenciar Núcleos de Pesquisa

Com vigência a partir de 03/10/2022.

Ato Regimental nº 20/2021 – Cria e instala o Núcleo de Pesquisa em Direito Comparado – NUPEDICOM no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;

Ato Regimental nº 13/2021 – Regulamenta a concessão de bolsa de fomento à pesquisa no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;

Ato Regimental nº 12/2021 – Altera o Ato Regimental nº 07/2020, que instalou o Observatório de Pesquisas Bryant Garth (OPBG) e os Núcleos Permanentes de Pesquisa da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, publicado no dia 01 de outubro de 2020;

Portaria nº 18/2021 – Designa os membros das Comissões da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ para o biênio 2021/2022;

Ato Regimental nº 02/2021 – Dispõe sobre a instituição e atribuições das novas comissões que passam a integrar as unidades organizacionais da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;

Resolução CM nº 02/2020 – Dispõe sobre a educação continuada para os fins de desenvolvimento dos servidores nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, revogando a Resolução CM nº 07/2016, publicada no dia 06 de maio de 2016;

Resolução CNJ nº 325/2020 – Institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, aplicável aos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal e aos Conselhos de Justiça, nos termos do seu Anexo I. (Anexo I – Mapa estratégico do Poder Judiciário 2021-2026. Macrodesafios do Poder Judiciário e respectivas descrições.);

Plataforma LATTES – Módulo Produção Técnica. Disponível em:< <https://lattes.cnpq.br> > web > dgp > producao-c-t-a3 >.

RAD-EMERJ-042 – Coordenar Cursos Livres

Com vigência a partir de 27/09/2022

RAD sem Referências

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

31/05/2023